

## **Decreto-Lei n.º 11 /2025 de 31 de março**

**Sumário:** Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, que estabelece a estrutura, a organização e as normas de funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes.

Pelo Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, encontra-se definida a estrutura, a organização e o funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes.

Este diploma fixou as atribuições do mencionado Ministério em matéria de políticas de turismo, transporte aéreo, segurança aérea e comunicações postais e reafirmou a aposta do Governo nos dois pilares económicos essenciais da economia do país, o turismo e os transportes aéreos, na importância da criação do *hub* aéreo do Sal e tendo apostado na deslocalização da sede do Ministério para a ilha do Sal.

A contínua reforma no setor dos transportes, ora exige a implementação do fator intermodalidade, como elemento base e essencial para a facilitação da conectividade inter-ilhas e da mobilidade dos passageiros. Pretende-se, assim, potenciar o funcionamento dos transportes aéreo e marítimo num único sistema articulado, aumentando o fluxo e eficiência da conectividade no país, ao serviço dos cabo-verdianos, da continuidade territorial e da coesão social, bem como, enquanto instrumento impulsionador do desenvolvimento do turismo.

Neste contexto, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 45/2024, de 3 de setembro, que altera a Orgânica do Governo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 53/2021, de 6 de agosto, em que as atribuições relativas aos transportes marítimos passam a ser tuteladas pelo Ministério do Turismo e Transportes.

Em consequência, o presente diploma contempla as alterações necessárias na orgânica do Ministério do Turismo e Transportes que acomodem as alterações plasmadas no mencionado Decreto-Lei n.º 45/2024, de 3 de setembro, a saber:

- É criada a Direção Geral dos Transportes Marítimos;
- É extinto o Gabinete de Desenvolvimento do Turismo, alargando-se as atribuições da Direção Geral da Economia Aérea, ora integrando a articulação das áreas de aviação civil e do *cluster* do setor de aeronegócios com as políticas de turismo e, em consequência, absorvendo o pessoal alocado ao referido Gabinete;
- A tutela do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo passa a ser partilhada entre o Ministério do Turismo e Transportes e o Ministério do Mar; e
- A tutela da empresa *Fast Ferry* passa doravante para o Ministério do Turismo e

Transportes.

Assim,

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1º

##### **Objeto**

O presente diploma procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, que estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes.

#### Artigo 2º

##### **Alterações**

São alterados os artigos 3º, 4º, 6º, 12º, 16º, 17º, 18º, 20º e 25º do Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º

[...]

O MTT é o departamento governamental cuja atribuição consiste em conceber, propor, coordenar, executar e avaliar as políticas públicas nas áreas do turismo, transportes aéreo e marítimo, segurança aérea e comunicações postais.

Artigo 4º

[...]

1- [...]

a) Conceber, propor, coordenar e executar políticas estratégicas em matéria de turismo e transporte aéreo e marítimo;

b) [...]

c) Promover infraestruturas de apoio e suporte às atividades turísticas, atividades de transporte aéreo, setor aeroportuário, segurança aérea, transporte marítimo e implementação de políticas e estratégias de acompanhamento dessas atividades;

d) [...]

e) [...]

f) Incentivar e apoiar o empreendedorismo nacional nas áreas do turismo, do transporte aéreo e marítimo, e viabilizar investimentos de natureza infraestrutural e empresarial que conduzam ao desenvolvimento equilibrado do país;

g) [...]

h) Orientar e promover a formação e especialização de recursos humanos para a área do turismo, transporte aéreo e marítimo, visando a qualificação de profissionais e a formação de jovens e outros recursos humanos disponíveis para esses mercados de trabalho, respondendo às necessidades da procura de mão-de-obra específica, numa ação concertada com os agentes económicos e os investidores e empresários de cada setor;

i) [...]

j) [...]

k) [...]

l) Sensibilizar os serviços públicos no sentido de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à promoção de investimentos nas áreas do turismo e do transporte aéreo e marítimo;

m) [...]

n) [...]

o) Prestar assistência e apoiar todas as entidades públicas e privadas interessadas na promoção do turismo e do transporte aéreo e marítimo;

p) [...]

q) [...]

r) [...]

s) Formular políticas, objetivos e metas de desenvolvimento nos setores aeroportuário, segurança aérea e transporte marítimo.

2- [...]

3- [...]

4- O MTT é ouvido relativamente às matérias que dizem respeito à regulação técnica dos transportes marítimos.

#### Artigo 6º

[...]

[...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [*Revogada*]

e) [...]

#### Artigo 12º

[...]

[...]

a) [...]

b) [...]

c) A Direção-Geral dos Transportes Marítimos; e

d) A Inspeção-Geral de Jogos.

#### Artigo 16º

[...]

1- [...]

2- [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) Elaborar estudos e dar parecer sobre a política geral de transportes aéreos do país e setores envolventes, sobre projetos, planos e regulamentos, designadamente na formulação e desenvolvimento da plataforma área na ilha do Sal, a Zona Económica Especial Aérea do Sal e a sua conexão com o turismo e demais setores de atividade envolventes;

e) [...]

f) Colaborar com os serviços da administração direta, indireta e entidades públicas empresariais e com as autoridades reguladoras na concessão e na implementação de planos, programas e ações, visando o desenvolvimento do setor dos transportes, com maior acuidade na implementação da intermodalidade e a conectividade do país com o exterior e a integração das ilhas, com qualidade, eficiência e regularidade;

g) [...]

h) Apoiar o Governo no exercício dos seus poderes de concedente do serviço público de transporte aéreo, nomeadamente através da elaboração de normas reguladoras das concessões de exploração e do acompanhamento e realização de todos os procedimentos conducentes à outorga de contratos de concessão ou de outros contratos de fornecimento de serviço público e gestão de incentivos, no âmbito dos transportes aéreos;

i) Acompanhar a integração entre a política aérea e o turismo no âmbito da criação de *hub* aéreo, em articulação com o Instituto do Turismo de Cabo Verde;

j) Desenhar e implementar ações e incentivos para o estímulo da conectividade internacional, atraindo novos operadores aéreos que tenham interesse na rota de e para Cabo Verde;

k) O que mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- [...]

a) Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros;

b) [...]

4- [...]

5- [...]

6- [...]

## Artigo 17º

**Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros**

1- O Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros (SPET) é o serviço responsável pela área de planeamento, tendo como missão a elaboração da estratégia setorial, a produção de estatística do setor, bem como é responsável pelo acompanhamento da concessão de serviço público no transporte aéreo doméstico de passageiros, incumbindo-lhe:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) Acompanhar o Serviço Público de transporte doméstico de passageiros e aplicação da política tarifária correspondente, bem como a gestão dos incentivos tarifários e fiscais atribuídos pelo Governo;

i) Criar instrumentos de políticas e desenhar ações, projetos e incentivos que possam amplificar as sinergias entre o turismo e os transportes aéreos; e

j) O que mais lhe for cometido por lei ou superiormente determinado.

2- [...]

## Artigo 18º

[...]

1- O Serviço de Projetos Especiais (SPEP) é o serviço que se ocupa da gestão de projetos especiais, designadamente dos projetos estratégicos que deverão materializar a visão do Governo em matéria de conectividade aérea, entre os quais a criação da Zona Económica Especial Aérea do Sal, tendo o seu epicentro o *hub* aéreo, a estruturação da intermodalidade nos três ramos de transporte e a intensificação do turismo de circuito, incumbindo-lhe:

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) [...]

h) [...]

i) [...]

j) [...]

k) [...]

l) [...]

m) Elaborar estudos e dar pareceres sobre a integração entre as políticas de transportes e do turismo, no âmbito da visão de transformação de Cabo Verde numa plataforma de serviços aéreos, em articulação com o Instituto do Turismo de Cabo Verde.

2- [...]

#### Artigo 20º

[...]

[...]

a) [...]

b) Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos.

#### Artigo 25º

[...]

1- [...]

2- [...]

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- f) LACV - Linhas Aéreas de Cabo Verde, S.A.; e
- g) Cabo Verde Fast Ferry, (CVFF, S.A.);

3- [...]"

### Artigo 3º

#### **Aditamentos**

São aditados os artigos 18º-A, 18º-B, 18º-C e 23º-A ao Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, com a seguinte redação:

“Artigo 18º-A

#### **Direção Geral dos Transportes Marítimos**

1- A Direção Geral de Transportes Marítimos (DGTm) é responsável pela elaboração, acompanhamento e operacionalização de medidas de ação da cadeia de abastecimento do Sistema dos Transportes Marítimos e assuntos inerentes.

2- Incumbe à DGTm, designadamente:

- a) A promoção, dinamização e competitividade dos Transportes Marítimos (TM);
- b) Propor, coordenar, executar e fazer aplicar as políticas regulamentares definidas pelo Governo para o setor dos TM;
- c) Elaborar estudos, projetos, planos e regulamentos, dando parecer sobre a política geral de TM;
- d) Assegurar que a concessão do transporte marítimo inter-ilhas cumpra com o estipulado no Caderno de Encargo e nos contratos, promovendo a competitividade e a melhoria contínua do nível de serviço;
- e) Promover a criação de zonas de atividades logísticas com o objetivo de organizar e



maximizar a eficiência dos transportes marítimos inter-ilhas, bem como do transporte marítimo internacional e de cruzeiros;

f) Potenciar a intermodalidade entre os modos de transportes para garantir a eficiência, pontualidade e assegurar a coesão territorial;

g) Colaborar com os serviços da administração direta, indireta e entidades públicas empresariais a implementação de planos, programas e medidas, visando o incremento do TM, a conectividade do país com o exterior e a integração das ilhas, com qualidade, eficiência e regularidade;

h) Colaborar com as entidades competentes na garantia das condições de segurança marítima assegurando um patamar elevado de serviços de excelência no setor;

i) Cooperar com a entidade responsável pela Prevenção e Investigação de Incidentes e Acidentes Marítimos;

j) Articular com os serviços e sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo, coordenando o desenvolvimento dos respetivos sistemas de apoio;

k) Coordenar e colaborar com todos os atores e stakeholders, sejam eles fornecedores, intermediários, prestadores de serviços ou clientes, para garantir a melhoria dos procedimentos administrativos, estimulando a competitividade dos transportes marítimos e do setor marítimo;

l) Otimizar e melhorar continuamente as atividades logísticas, promovendo inovações e iniciativas, com vista à redução dos custos, agregação de valor aos clientes e criação de vantagens competitivas;

m) Elaborar relatórios mensais do setor, com dados estatísticos de movimentação dos transportes marítimos;

n) Promover a segurança marítima, supervisionando e fiscalizando as organizações, os navios e os equipamentos, em conformidade com o disposto nos regulamentos; e

o) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- A DGTM é dirigida por um Diretor Geral, provido nos termos da lei.

4- A DGTM integra os seguintes serviços:

a) Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento;

b) Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas.

5- A DGTM tem um modelo estrutural hierarquizado.

6- A DGTM está sujeita ao estatuto do pessoal do Regime Geral da Função Pública.

#### Artigo 18º-B

#### **Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento**

1- O Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento (SEEP) é o serviço responsável pela área de planeamento que tem como missão elaborar a estratégia setorial para o planeamento e estatística dos projetos afetos aos transportes marítimos, incumbindo-lhe:

- a) Elaborar, acompanhar e avaliar a implementação dos programas e projetos de desenvolvimento setoriais;
- b) Assistir no sistema de acompanhamento e avaliação sistemática, visando garantir a articulação coerente ao nível da prossecução dos objetivos dos diferentes setores interligados com o transporte marítimo, para efeitos de aferição da qualidade e de comparação;
- c) Coordenar as ações de planeamento setorial, preparando e controlando a execução dos programas de investimento e do plano de atividades e respetivo relatório de execução da DGTM e dos serviços desconcentrados;
- d) Assistir na coordenação da metodologia de preparação e avaliação de projetos de investimento público, assim como executar o seguimento e a avaliação a curto e médio prazo dos mesmos;
- e) Assegurar o planeamento e desenvolvimento da estratégia para as tecnologias de informação e comunicação da DGTM, garantindo a segurança dos sistemas de informação e da rede de comunicações do Ministério, em articulação com outros sistemas de informação e redes relevantes, nacionais e internacionais, e dinamizando e promovendo o estudo de soluções que permitam o acesso informático do cidadão aos serviços e organismos do Ministério;
- f) Assegurar a divulgação de dados estatísticos necessários aos utilizadores internos e externos da DGTM, e, superiormente, do MTT;
- g) Construir uma visão do conjunto das atividades programadas, integrando informações sumárias sobre os projetos que os diferentes organismos e serviços da DGTM e, superiormente, do MTT, propõem efetivar, através do exercício de atribuições próprias ou, conjunta e integrada com outros serviços do Ministério e/ou da Administração do Estado;

h) O que mais lhe for cometido por lei ou superiormente determinado.

2- O SEEP é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 18º-C

#### **Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas**

1- O Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas (SASPTM) é o serviço que acompanha o cumprimento das obrigações devidas pelas concessões do transporte marítimo inter-ilhas (Obrigação de Serviço Público - OSP), incumbindo-lhe:

- a) Assegurar o cumprimento do estipulado nos Cadernos de Encargos e nos contratos com as concessionárias;
- b) Promover a competitividade e a melhoria contínua do nível de serviço das concessões;
- c) Assegurar a boa gestão das OSP;
- d) Assegurar a execução dos trabalhos de OSP nos prazos previstos;
- e) Assessorar as estruturas centrais no que concerne às questões de OSP;
- f) Assegurar a ligação com outras estruturas ou entidades públicas e privadas intervenientes no acompanhamento da OSP, mediante concertação prévia com as Direções-Gerais;
- g) Estabelecer a organização e funcionamento interno da OSP;
- h) Propor as medidas que contribuam para uma gestão eficaz e correta das diferentes componentes da OSP;
- i) Assegurar o diálogo e as necessárias articulações com as concessionárias e o Governo.

2- O SASPTM é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 23º-A

#### **Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas**

1- O Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas (FADSTM) é um Fundo Autónomo dotado de autonomia administrativa e financeira, cuja tutela é partilhada pelo MTT e pelo Ministério do Mar.

2- O Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas tem

por objeto garantir o desenvolvimento e a segurança do transporte marítimo, através do pagamento de eventuais indemnizações compensatórias pelo cumprimento de obrigações de serviço público pelos concessionários do sistema de transporte marítimo inter-ilhas e do financiamento dos custos operacionais do sistema de segurança marítima, integrando o suporte dos custos da estrutura responsável pelas concessões e licenciamento de terrenos no domínio público marítimo, bem como o financiamento de projetos de promoção da segurança e proteção da orla marítima nacional, conforme as Diretivas de Investimento aprovadas para o setor marítimo.

3- O Fundo tem sede na cidade do Mindelo.”

## Artigo 4º

### **Criação, extinção e sucessão de organismos**

- 1- É criada a Direção Geral dos Transportes Marítimos.
- 2- É extinto o Gabinete de Desenvolvimento do Turismo.
- 3- A Direção Geral de Economia Aérea (DGEA) sucede nas atribuições do Gabinete de Desenvolvimento do Turismo.
- 4- Os contratos, protocolos e acordos de serviço assinados com o Gabinete de Desenvolvimento do Turismo consideram-se assinados com o organismo que o sucede nas suas atribuições.

## Artigo 5º

### **Transição do pessoal**

- 1- O pessoal afeto ao extinto Gabinete de Desenvolvimento do Turismo transita, mediante lista nominativa homologada pelo membro do Governo de tutela, nas mesmas condições, vínculo e categoria profissionais para a DGEA.
- 2- O pessoal referido no número anterior que transita para a DGEA fica sujeito ao plano de carreira, funções e remunerações do pessoal da DGEA, contando, para efeitos de antiguidade e desenvolvimento na carreira, o tempo de serviço prestado.

## Artigo 6º

### **Instalação da Direção Geral dos Transportes Marítimos e produção de efeitos**

A DGTM ora criada considera-se imediatamente instalada e a produzir efeitos.

## Artigo 7º

### **Organograma atualizado**

As Unidades Orgânicas do Ministério do Turismo e Transportes constam do organograma atualizado, publicado conforme referido no artigo 37º do Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro.

## Artigo 8º

### **Revogações**

São revogados os artigos 10º, 26º, 27º, 28º, 29º e 30º do Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de

outubro.

### Artigo 9º

#### **Republicação**

É republicado, na íntegra e em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 67/2021, de 5 de outubro, com as alterações e aditamentos ora introduzidos.

### Artigo 10º

#### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 18 de fevereiro de 2025.— Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva e José Luís Sá Nogueira*.

Promulgado em 26 de março de 2025

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES.

#### ANEXO

#### **(A que se refere o artigo 9º)**

Republicação do Decreto-lei n.º 67/2021

de 5 de outubro

A lei orgânica do Ministério do Turismo e Transportes foi aprovada através do Decreto-Lei n.º 18/2018, de 23 de abril, definindo a estrutura, a organização e o funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes.

O referido diploma determinou as atribuições do Ministério em matéria de políticas de turismo, transporte aéreo, segurança aérea e comunicações postais.

Com o novo Programa de Governo aprovado na X Legislatura, a visão para o setor do turismo e transportes aéreos, num ambiente pós-pandemia, afigura-se realista, eficaz, mas igualmente ambiciosa e inspiradora.

O setor do turismo continua a ser concebido como um dos pilares fundamentais da economia cabo-verdiana e os transportes aéreos perspectivam-se como um elemento fulcral na proximidade

do país ao mundo, assegurando a sua continuidade territorial, a sua proximidade à diáspora, bem como a sua instrumentalidade para o setor do turismo e para o desenvolvimento da economia do país.

O Governo continua a apostar na visão de Cabo Verde como um *hub* aéreo de referência no continente africano localizado na ilha do Sal.

A deslocação da sede do Ministério para a ilha do Sal traduz a política de desconcentração e descentralização dos serviços do Estado, procurando tirar proveito da vocação de cada ilha e propiciando o desenvolvimento harmonioso do país. Será concretizada de modo paulatino e flexível, aproveitando-se de forma eficaz os instrumentos digitais modernos disponíveis, garantindo o funcionamento e articulação entre os vários departamentos e entidades afetos ao Ministério localizados nas várias ilhas.

O Programa Operacional do Turismo, instrumento base para a materialização do Programa de Governo para o setor do turismo nos próximos cinco anos, reflete a visão do Governo que assenta num modelo de crescimento de turismo ancorado na sustentabilidade, preservação dos recursos naturais, culturais, patrimoniais e humanos do país e que deverá desembocar na criação de um produto turístico resiliente em todas as ilhas e municípios do país, facilitando uma maior diversificação, competitividade e desconcentração da oferta turística.

No domínio dos transportes aéreos, há o firme propósito de garantir a mobilidade inter-ilhas com assiduidade, pontualidade, continuidade e sustentabilidade dos operadores aéreos através da continuação da adoção de uma política transparente de fixação de tarifas e obrigação de serviço público em modelo e quando necessário.

O fomento da conectividade do país com o estrangeiro é, igualmente, um compromisso a não descurar como sendo uma peça essencial para ligar o país à Diáspora e aos mercados de origem dos turistas. Paralelamente, a concretização da condição do país enquanto plataforma internacional de redistribuição de passageiros e cargas, continua a ser um objetivo deste Governo.

Deste modo, a separação do Turismo e dos Transportes Aéreos em dois departamentos autónomas é o corolário da pretensão deste Governo em acelerar a execução dos programas em dois setores que mais contribuem para a criação de emprego e da riqueza nacional e que fazem depender muitas outras atividades económicas no país.

Para o efeito, foram ouvidos o Ministério da Modernização do Estado e Administração Pública e o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial.

Urge, assim, refletir esta visão de forma prática e eficaz numa nova estrutura orgânica do Ministério, cujas principais alterações, a seguir, estão listadas:

- A extinção da Direção Geral do Turismo, que perdeu a maior parte das atribuições com a criação do Instituto do Turismo de Cabo Verde e criação do Gabinete de Desenvolvimento do Turismo, com atribuições de órgão de apoio ao Ministro para a conceção das políticas do setor do Turismo;
- A criação da Direção Geral da Economia Aérea, que integra, entre outras, as funções de desenvolvimento do *Hub* Aéreo do Sal, para além de absorver as atribuições do atual Serviço de Transportes Aéreos, que se extingue;
- A previsão dos serviços de administração indireta afetos ao Ministério do Turismo e Transportes, a saber, o Instituto do Turismo de Cabo Verde (ITCV) e o Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos (IPIAAM);
- A eliminação da referência à Comissão de Prevenção de Acidentes Aéreos, extinta com a criação do IPIAAM; e
- A inclusão do Conselho do Ministério.

Assim,

No uso da faculdade conferida pelo n.º 1 do artigo 204º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1º

##### **Objeto**

O presente diploma estabelece a estrutura, a organização e o funcionamento do Ministério do Turismo e Transportes, adiante designado por MTT.

#### Artigo 2º

##### **Direção**

O MTT é dirigido superiormente pelo Ministro do Turismo e Transportes.

#### Artigo 3º

##### **Missão**

O MTT é o departamento governamental cuja atribuição consiste em conceber, propor,



coordenar, executar e avaliar as políticas públicas nas áreas do turismo, transportes aéreo e marítimo, segurança aérea e comunicações postais.

#### Artigo 4º

#### Atribuições

1- Incumbe ao MTT, no quadro das orientações definidas no artigo anterior, designadamente:

- a) Conceber, propor, coordenar e executar políticas estratégicas em matéria de turismo e transporte aéreo e marítimo;
- b) Desenvolver uma ação concertada e sustentada, articulando a política do turismo com a gestão e conservação da base de recursos indispensáveis à sua existência e com as realidades de natureza social, cultural e ambiental necessárias para a qualificação, diversificação e competitividade da oferta turística nacional;
- c) Promover infraestruturas de apoio e suporte às atividades turísticas, atividades de transporte aéreo, setor aeroportuário, segurança aérea, transporte marítimo e implementação de políticas e estratégias de acompanhamento dessas atividades;
- d) Inventariar a oferta turística existente e prever a capacidade potencial de crescimento desta, e trabalhar, articuladamente com os agentes setoriais, na consolidação dos produtos turísticos;
- e) Participar ativamente na elaboração dos instrumentos de gestão territorial e nas ações de ordenamento turístico e de estruturação da oferta;
- f) Incentivar e apoiar o empreendedorismo nacional nas áreas do turismo, do transporte aéreo e marítimo, e viabilizar investimentos de natureza infraestrutural e empresarial que conduzam ao desenvolvimento equilibrado do país;
- g) Promover a valorização de produtos turísticos estratégicos;
- h) Orientar e promover a formação e especialização de recursos humanos para a área do turismo, transporte aéreo e marítimo, visando a qualificação de profissionais e a formação de jovens e outros recursos humanos disponíveis para esses mercados de trabalho, respondendo às necessidades da procura de mão-de-obra específica, numa ação concertada com os agentes económicos e os investidores e empresários de cada setor;
- i) Aprovar e acompanhar o investimento público de interesse turístico, designadamente, através da afetação das contrapartidas das concessões de jogo de fortuna ou azar e outras taxas;

- j) Estudar e acompanhar a evolução e o desenvolvimento da oferta turística nacional, designadamente, através do registo e classificação de empreendimentos e atividades turísticas;
- k) Desenvolver ações de promoção do país no exterior enquanto destino turístico, organizando feiras e eventos especiais, preparando e divulgando materiais promocionais para informação dos turistas e operadores turísticos;
- l) Sensibilizar os serviços públicos no sentido de facilitar e agilizar os procedimentos relativos à promoção de investimentos nas áreas do turismo e do transporte aéreo e marítimo;
- m) Recolher, tratar e divulgar as oportunidades de negócios para os operadores turísticos e estudar e acompanhar a evolução dos destinos turísticos concorrentes de Cabo Verde;
- n) Orientar organismos governamentais e municipais no estudo, planeamento e definição de medidas que se mostrem necessárias à promoção do turismo;
- o) Prestar assistência e apoiar todas as entidades públicas e privadas interessadas na promoção do turismo e do transporte aéreo e marítimo;
- p) Formular políticas, diretrizes, objetivos e metas de desenvolvimento da atividade postal;
- q) Aprovar os indicadores económicos que estabeleçam as metas e os níveis de desenvolvimento integrado da atividade postal e avaliar o seu desempenho;
- r) Formular políticas, diretrizes, objetivos e metas de desenvolvimento no domínio de jogos de fortuna ou azar; e
- s) Formular políticas, objetivos e metas de desenvolvimento nos setores aeroportuário, segurança aérea e transporte marítimo.

2- A prossecução das atribuições previstas no presente artigo, e em geral, no presente diploma, podem ser levadas a cabo por associações empresariais, no âmbito das suas responsabilidades estatutárias, nos termos fixados por contrato programa.

3- O MTT participa na elaboração e na coordenação da execução de outras políticas públicas de incidência direta na prossecução das suas atribuições.

4- O MTT é ouvido relativamente às matérias que dizem respeito à regulação técnica dos transportes marítimos.

## **Articulações**

O MTT articula-se especialmente com:

- a) O Departamento Governamental responsável pela área das Finanças, designadamente em matéria de promoção de investimentos, fiscalidade sobre as empresas e domiciliação fiscal das pessoas singulares e coletivas;
- b) O Departamento Governamental responsável pela área dos Negócios Estrangeiros em matéria de medidas de política, ações e programas de planificação e gestão das relações de Cabo Verde com países e organismos internacionais, designadamente, instituições especializadas no domínio da sua intervenção, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Organização Internacional da Aeronáutica Civil (ICAO) e a União Postal Universal (UPA);
- c) O Departamento Governamental responsável pela área do Mar, designadamente, em matéria de gestão da orla marítima balnear;
- d) O Departamento Governamental responsável pelas áreas da Agricultura e do Ambiente, designadamente, em matéria de planificação e gestão de zonas turísticas e orla marítima balnear;
- e) O Departamento Governamental responsável pela área do Ordenamento do Território, designadamente, em matéria de planificação de zonas de interesse turístico e planificação territorial dos transportes; e
- f) O Departamento Governamental responsável pela Modernização do Estado e da Administração Pública, na conceção e implementação da estratégia de governação digital para o setor do Turismo e Transportes.

## **CAPÍTULO II**

### **ÓRGÃOS E SERVIÇOS**

#### **Secção I**

#### **Órgãos e Serviços da Administração Direta**

#### **Subsecção I**

#### **Órgãos e Gabinetes da Administração Direta**

#### **Artigo 6º**

## **Órgãos e Gabinetes**

O MTT integra os seguintes Órgãos e Gabinetes da Administração Direta:

- a) Conselho do Ministério;
- b) Conselho Nacional do Turismo;
- c) Gabinete do Ministro;
- d) [*Revogada*]
- e) Gabinete de Gestão das Zonas Turísticas Especiais.

### *Artigo 7º*

#### **Conselho do Ministério**

1- O Conselho do Ministério é o órgão consultivo de natureza técnica e administrativa, integrado pelo Ministro, pelos dirigentes dos serviços centrais do Ministério, pelos assessores do Ministro e pelos dirigentes dos organismos autónomos da administração indireta sob a superintendência do Ministro.

2- O Ministro pode, sempre que considerar necessário, convocar para as reuniões do Conselho do Ministério, os delegados ou qualquer funcionário do Ministério.

3- Compete ao Conselho do Ministério:

- a) Participar na definição das orientações que enformam a atividade do MTT;
- b) Participar na elaboração do plano de atividades do MTT e apreciar o respetivo relatório de execução;
- c) Formular propostas e emitir pareceres, nomeadamente sobre questões ligadas à orgânica, recursos humanos e relações do MTT com os restantes serviços e organismos da Administração; e
- d) Pronunciar-se sobre outras matérias que o Ministro entender submeter à sua apreciação.

4- O Conselho do Ministério é presidido pelo Ministro do Turismo e Transportes.

5- O Conselho do Ministério dispõe de regulamento interno próprio, aprovado por Despacho do Ministro.

6- O Conselho do Ministério funciona junto do Gabinete do Ministro do Turismo e Transportes.

## Artigo 8º

### **Conselho Nacional do Turismo**

1- O Conselho Nacional do Turismo, órgão consultivo em matéria da política setorial do turismo, composto por representantes dos diferentes subsectores da atividade económica respetiva, tem por função assessorar o membro do Governo responsável pelo setor.

2- O Conselho Nacional do Turismo aprecia, numa perspectiva de conceção, acompanhamento e avaliação de todas as matérias da política do turismo que lhe sejam submetidas pelo membro do Governo responsável pelo setor.

3- O Conselho Nacional do Turismo emite recomendações e pareceres, podendo ainda elaborar relatórios e estudos no âmbito da atividade económica do turismo.

4- O Conselho Nacional do Turismo é presidido pelo Ministro do Turismo e Transportes e funciona ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro.

5- Por Portaria do Ministro do Turismo e Transportes são especificados os representantes referidos no n.º 1.

6- O Conselho Nacional do Turismo aprova o respetivo Regimento.

## Artigo 9º

### **Gabinete do Ministro**

1- Junto do Ministro do Turismo e Transportes funciona o respetivo Gabinete, encarregue de o assistir, direta e pessoalmente, no desempenho das suas funções.

2- Incumbe ao Gabinete tratar do expediente pessoal do Ministro, bem como desempenhar funções de informação, documentação e outras de carácter político ou de confiança, cabendo-lhe, designadamente:

a) Assessorar tecnicamente o Ministro nos assuntos que este lhe distribua;

b) Receber, expedir e registar toda a correspondência pessoal do Ministro;

c) Assegurar a articulação do Ministro com os outros membros do Governo e demais órgãos de soberania e, bem assim, com os demais serviços do MTT, com as entidades em relação às quais o Ministro exerce superintendência e com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, em assuntos que não sejam da responsabilidade específica de outro serviço;

- d) Organizar as relações-públicas do Ministro, designadamente os seus contatos com a comunicação social;
- e) Assegurar o expediente e o arquivo pessoal do Ministro, bem como a organização da sua agenda;
- f) Assegurar o expediente relativo à publicação e distribuição dos despachos, portarias, instruções, ordens de serviço, circulares e outras decisões emanadas do Ministro;
- g) Preparar, prestar apoio logístico e secretariar as reuniões convocadas pelo Ministro;
- h) Proceder à recolha, classificação e tratamento de informações de interesse para o desempenho das atividades do Ministro;
- i) Apoiar protocolarmente o Ministro; e
- j) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- O Gabinete do Ministro é dirigido por um Diretor de Gabinete, provido nos termos da lei, que é substituído, nas suas ausências e impedimentos, por um elemento do Gabinete designado pelo Ministro.

4- O Gabinete do Ministro é integrado por pessoas da sua livre escolha, recrutadas externamente ou requisitadas de entre o pessoal afeto ao serviço do próprio Ministério, em número limitado, em função das dotações orçamentadas para o efeito.

#### Artigo 10º

**[Revogado]**

#### Artigo 11º

### **Gabinete de Gestão das Zonas Turísticas Especiais**

1- O Gabinete de Gestão das Zonas Turísticas Especiais (GGZTE) é o serviço responsável pela gestão e administração das zonas turísticas, nos termos da lei.

2- Incumbe ao GGZTE, para além do disposto no artigo 11º da Lei nº 75/VII/2010, de 23 de agosto:

- a) Promover estudos destinados a manter atualizado o conhecimento das zonas turísticas especiais no que respeita às características dos recursos materiais e imateriais que encerram, bem como à identificação física e fiscal do direito de propriedade;
- b) Propor a estratégia de urbanização e infraestruturação das zonas turísticas especiais;

- c) Promover iniciativas de coordenação do investimento nas zonas turísticas especiais;
- d) Instruir os processos de expropriação cuja utilidade pública já tenha sido ou venha a ser declarada; e
- e) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- O GGZTE é dirigido por um Coordenador, equiparado, para todos os efeitos legais, a Diretor-Geral e provido nos termos da lei.

4- A organização interna dos serviços e o funcionamento dos mesmos são regulados em diploma próprio.

## Subsecção II

### Serviços de Administração Direta

#### Artigo 12º

#### Serviços Centrais

O MTT integra os seguintes serviços centrais de apoio, planeamento e gestão e de conceção de estratégia, de políticas e de coordenação de execução, e inspeção:

- a) A Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão;
- b) A Direção-Geral da Economia Aérea;
- c) A Direção-Geral dos Transportes Marítimos; e
- d) A Inspeção-Geral de Jogos.

#### Artigo 13º

#### Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

1- A Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG) é o serviço interdisciplinar de apoio técnico ao MTT na formulação e seguimento das políticas públicas setoriais e de apoio técnico e administrativo na gestão orçamental, recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como na área da modernização administrativa.

2- Incumbe à DGPOG, designadamente:

- a) Apoiar tecnicamente na preparação dos planos, assegurando a ligação aos serviços centrais de planeamento no processo de elaboração dos Planos Nacionais de

Desenvolvimento e de controlar a sua execução;

b) Elaborar e manter atualizado o Quadro de Despesas Setoriais de Médio Prazo do Ministério, articulando-se com todos os serviços e organismos, em especial com os serviços do departamento governamental responsável pela área das Finanças, em matéria relativa à gestão orçamental e financeira;

c) Acompanhar a gestão e utilização dos recursos materiais e financeiros e proceder à consolidação dos orçamentos dos serviços do Ministério;

d) Gerir o património afeto ao MTT;

e) Assegurar e coordenar a implementação de soluções informáticas a nível de todo o MTT, privilegiando a instalação e desenvolvimento uniformes de aplicações;

f) Centralizar e sistematizar as informações relativas à evolução de todos os projetos nas áreas de intervenção do MTT e proceder ao seguimento, controlo e avaliação dos mesmos; e

g) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- São serviços internos da DGPOG, com funções de apoio técnico-administrativo nos domínios do estudo, planeamento, cooperação, gestão de recursos humanos, financeiros, patrimoniais e logísticos:

a) Serviço de Estudos e Planeamento; e

b) Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais.

4- A DGPOG é dirigida por um Diretor-Geral, provido nos termos da lei, que constitui antena focal para a execução das medidas de política para o setor da reforma do Estado e modernização da Administração Pública.

## Artigo 14º

### **Serviço de Estudos e Planeamento**

1- O Serviço de Estudos e Planeamento (SEP) tem por missão prestar apoio técnico ao membro do Governo na definição da política económica e no planeamento estratégico, bem como apoiar os diferentes organismos do MTT, através do desenvolvimento de estudos e da recolha e tratamento de informação.

2- Incumbe ao SEP, designadamente:



- a) Realizar estudos que contribuam para a formulação das políticas relevantes para as áreas de intervenção do MTT e, em especial, para a regular avaliação, numa perspetiva integrada, das medidas e programas de política adotados, desenvolvendo, sempre que julgado adequado, formas alargadas de cooperação com centros de investigação e gabinetes de estudos, em especial no que respeita às instituições e associações de natureza económica;
- b) Acompanhar a evolução da atividade económica, tendo em conta o âmbito de atuação do MTT, assegurando a recolha, utilização, tratamento e análise de informação estatística e promovendo a difusão dos respetivos resultados, visando a formação de expectativas pelos agentes económicos;
- c) Contribuir para a definição e execução das políticas que enquadram o relacionamento económico externo, apoiando no acompanhamento da atividade das organizações internacionais de carácter económico;
- d) Colaborar com outras entidades oficiais nas negociações de acordos de cooperação económica e apoiar o desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral e multilateral;
- e) Contribuir para a promoção de fatores estratégicos da construção de vantagens competitivas e para a criação de uma envolvente favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico das empresas;
- f) Desenvolver ações que promovam a articulação entre as políticas setoriais coordenadas pelo MTT e outras políticas relevantes do Governo com reflexos na competitividade, crescimento, globalização, integração e cooperação económicas; e
- g) Assegurar o apoio jurídico e técnico, designadamente, emitindo pareceres sobre todas as matérias de índole jurídica que lhe forem submetidas por qualquer dos serviços do MTT.

3- Incumbe, ainda, ao SEP:

- a) Assegurar a difusão da informação relevante do MTT, através de meios próprios ou mediante o recurso aos meios de comunicação social;
- b) Dotar o MTT de um sistema de comunicação interna que propicie um fluxo regular e atualizado de informações suscetíveis de contribuir para a melhoria da qualidade de intervenções dos serviços;
- c) Participar na organização das relações-públicas do membro do Governo;

- d) Preparar, elaborar e divulgar publicações e informações relativas aos programas de desenvolvimento e modernização nas suas diversas vertentes, em especial ligação com os serviços autónomos do MTT;
- e) Apoiar na organização de conferências e outras atividades, visando a divulgação e a análise de informações sobre assuntos que relevam das atribuições do MTT; e
- f) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

4- O SEP é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

## Artigo 15º

**Serviço de Gestão dos Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais**

1- O Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais (SGRHFP) é o serviço de apoio e coordenação das políticas de desenvolvimento de recursos humanos e gestão administrativa dos recursos financeiros, materiais e patrimoniais do MTT, bem como da conceção e apoio técnico-normativo à formulação destas políticas e à sua monitorização e avaliação, num quadro de modernização administrativa, em prol da melhoria da qualidade do serviço público.

2- Incumbe ao SGRHFP no domínio dos recursos humanos:

- a) Centralizar a gestão do pessoal administrativo e auxiliar, em coordenação com as chefias do MTT;
- b) Formular, em colaboração com os outros serviços do MTT, os programas e ações de formação e aperfeiçoamento do pessoal; e
- c) Assegurar a ligação com a Administração Pública nos domínios da sua competência.

3- No domínio dos recursos financeiros e patrimoniais, compete ao SGRHFP:

- a) Executar políticas de gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e logísticos;
- b) Desempenhar funções de natureza administrativa e financeira de carácter comum aos diferentes serviços do MTT, em coordenação com os mesmos;
- c) Elaborar as propostas de orçamento do MTT, em articulação com os demais serviços e organismos internos;
- d) Promover e organizar o expediente relativo à ordenação e realização das despesas de funcionamento e investimento, em coordenação com os demais serviços do Ministério;
- e) Acompanhar e controlar a execução eficiente e rigorosa do orçamento do Ministério;
- f) Assegurar as operações de contabilidade financeira e a realização periódica dos respetivos balanços e outros instrumentos de prestação de contas;
- g) Articular-se com os serviços competentes do departamento governamental responsável pela área das Finanças, em matérias relativas à gestão financeira;
- h) Proceder, em articulação com os serviços centrais do MTT e a Direção-Geral do Património do Estado, ao registo e controlo dos bens patrimoniais móveis e imóveis afetos ao MTT, segundo as normas gerais aplicáveis;

- i) Estabelecer e propor medidas de modernização e reforma administrativa de âmbito setorial e intersectorial, com vista a uma melhoria dos serviços e acompanhar a sua execução;
- j) Velar pela manutenção e segurança das instalações e equipamentos afetos ao MTT; e
- k) O mais que lhe for cometido por lei ou superiormente determinado.

4- O SGRHFP é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

### Artigo 16º

#### **Direção-Geral da Economia Aérea**

1- A Direção-Geral da Economia Aérea (DGEA) é responsável pela conceção, avaliação e execução da política dos transportes aéreos e sua articulação com a economia aérea bem como com o turismo e outros setores e organismos interligados.

2- Incumbe à DGEA, designadamente:

- a) Propor, coordenar, executar e fazer aplicar as políticas regulamentares definidas pelo Governo no setor dos transportes aéreos e aeroportuário;
- b) Colaborar, quando solicitado, na definição e implementação da política tarifária dos transportes aéreos;
- c) Colaborar com as entidades competentes na gestão de registos relativos às atividades de transporte aéreo, nomeadamente em matéria de navegação e segurança aérea;
- d) Elaborar estudos e dar parecer sobre a política geral de transportes aéreos do país e setores envolventes, sobre projetos, planos e regulamentos, designadamente na formulação e desenvolvimento da plataforma área na ilha do Sal, a Zona Económica Especial Aérea do Sal e a sua conexão com o turismo e demais setores de atividade envolventes;
- e) Contribuir para a definição das políticas e estratégia de integração do setor dos transportes aéreos, marítimos e terrestres;
- f) Colaborar com os serviços da administração direta, indireta e entidades públicas empresariais e com as autoridades reguladoras na concessão e na implementação de planos, programas e ações, visando o desenvolvimento do setor dos transportes, com maior acuidade na implementação da intermodalidade e a conectividade do país com o exterior e a integração das ilhas, com qualidade, eficiência e regularidade;

- g) Acompanhar a elaboração dos instrumentos de gestão territorial bem como dos instrumentos setoriais de escala nacional, designadamente integrando as correspondentes estruturas de coordenação das vias de circulação e cruzamento dos transportes aéreos, marítimos e terrestres;
- h) Apoiar o Governo no exercício dos seus poderes de concedente do serviço público de transporte aéreo, nomeadamente através da elaboração de normas reguladoras das concessões de exploração e do acompanhamento e realização de todos os procedimentos conducentes à outorga de contratos de concessão ou de outros contratos de fornecimento de serviço público e gestão de incentivos, no âmbito dos transportes aéreos;
- i) Acompanhar a integração entre a política aérea e o turismo no âmbito da criação de *hub* aéreo, em articulação com o Instituto do Turismo de Cabo Verde;
- j) Desenhar e implementar ações e incentivos para o estímulo da conectividade internacional, atraindo novos operadores aéreos que tenham interesse na rota de e para Cabo Verde;
- k) O que mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- A DGEA integra os seguintes serviços:

- a) Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros;
- b) Serviço de Projetos Especiais.

4- A DGEA é dirigida por um Diretor-Geral, provido nos termos da lei.

5- A DGEA tem um modelo estrutural hierarquizado.

6- A DGEA está sujeita ao estatuto do pessoal do Regime Geral da Função Pública.

## Artigo 17º

**Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público****De Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros**

1- O Serviço de Planeamento Estratégico e Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Doméstico Aéreo de Passageiros (SPET) é o serviço responsável pela área de planeamento, tendo como missão a elaboração da estratégia setorial, a produção de estatística do setor, bem como é responsável pelo acompanhamento da concessão de serviço público no transporte aéreo doméstico de passageiros, incumbindo-lhe:

- a) Elaborar, acompanhar e avaliar a implementação dos programas e projetos de desenvolvimento setoriais;
- b) Assistir no sistema de acompanhamento e avaliação sistemática, visando garantir a articulação coerente ao nível da prossecução dos objetivos dos diferentes setores da economia aérea, para efeitos de aferição da qualidade e de comparação;
- c) Coordenar as ações de planeamento setorial, preparando e controlando a execução dos programas de investimento e do plano de atividades e respetivo relatório de execução da DGEA e dos serviços desconcentrados;
- d) Assistir na coordenação da metodologia de preparação e avaliação de projetos de investimento público, assim como executar o seguimento e a avaliação a curto e médio prazo dos mesmos;
- e) Assegurar o planeamento e desenvolvimento da estratégia para as tecnologias de informação e comunicação da DGEA, garantindo a segurança dos sistemas de informação e da rede de comunicações do Ministério, em articulação com outros sistemas de informação e redes relevantes, nacionais e internacionais, e dinamizando e promovendo o estudo de soluções que permitam o acesso informático do cidadão aos serviços e organismos do Ministério;
- f) Assegurar a divulgação de dados estatísticos necessários aos utilizadores internos e externos da DGEA, e, superiormente, do MTT;
- g) Construir uma visão do conjunto das atividades programadas, integrando informações sumárias sobre os projetos que os diferentes organismos e serviços da DGEA e, superiormente, do MTT, propõem efetivar, através do exercício de atribuições próprias ou, conjunta e integrada com outros serviços do Ministério e/ou da Administração do Estado;

- h) Acompanhar o Serviço Público de transporte doméstico de passageiros e aplicação da política tarifária correspondente, bem como a gestão dos incentivos tarifários e fiscais atribuídos pelo Governo;
- i) Criar instrumentos de políticas e desenhar ações, projetos e incentivos que possam amplificar as sinergias entre o turismo e os transportes aéreos; e
- j) O que mais lhe for cometido por lei ou superiormente determinado.

2- O SPET é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

### Artigo 18º

#### **Serviço de Projetos Especiais**

1- O Serviço de Projetos Especiais (SPEP) é o serviço que se ocupa da gestão de projetos especiais, designadamente dos projetos estratégicos que deverão materializar a visão do Governo em matéria de conectividade aérea, entre os quais a criação da Zona Económica Especial Aérea do Sal, tendo o seu epicentro o *hub* aéreo, a estruturação da intermodalidade nos três ramos de transporte e a intensificação do turismo de circuito, incumbindo-lhe:

- a) Assegurar a boa gestão corrente e a programação dos projetos identificados e sob a sua responsabilidade, definidos por despacho do Ministro;
- b) Relacionar-se com os financiadores externos de acordo com as normas aplicáveis;
- c) Assegurar a execução dos trabalhos nos prazos previstos;
- d) Assessorar as estruturas centrais em todas as matérias ligadas aos projetos identificados;
- e) Assegurar a ligação com outras estruturas ou entidades públicas e privadas intervenientes nos projetos, mediante concertação prévia com as Direções-Gerais;
- f) Estabelecer a organização e o funcionamento interno;
- g) Propor as medidas que contribuam para uma gestão eficaz e correta das diferentes componentes dos projetos;
- h) Assegurar o diálogo com os financiadores dos projetos, fazendo as necessárias articulações com o membro do Governo;
- i) Assegurar a coordenação e a gestão global das diferentes componentes dos projetos afetos à sua gestão;

- j) Assessorar as Direções-Gerais em todas as matérias ligadas aos projetos identificados;
- k) Propor às Direções-Gerais as medidas que contribuam para a gestão eficaz e correta das diferentes componentes dos projetos; e
- l) Assegurar a boa execução e implementação dos projetos sob sua responsabilidade; e
- m) Elaborar estudos e dar pareceres sobre a integração entre as políticas de transportes e do turismo, no âmbito da visão de transformação de Cabo Verde numa plataforma de serviços aéreos, em articulação com o Instituto do Turismo de Cabo Verde.

2- O SPEP é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

#### Artigo 18º-A

#### **Direção Geral dos Transportes Marítimos**

1- A Direção Geral de Transportes Marítimos (DGTm) é responsável pela elaboração, acompanhamento e operacionalização de medidas de ação da cadeia de abastecimento do Sistema dos Transportes Marítimos e assuntos inerentes.

2- Incumbe à DGTm, designadamente:

- a) A promoção, dinamização e competitividade dos Transportes Marítimos (TM);
- b) Propor, coordenar, executar e fazer aplicar as políticas regulamentares definidas pelo Governo para o setor dos TM;
- c) Elaborar estudos, projetos, planos e regulamentos, dando parecer sobre a política geral de TM;
- d) Assegurar que a concessão do transporte marítimo inter-ilhas cumpra com o estipulado no Caderno de Encargo e nos contratos, promovendo a competitividade e a melhoria contínua do nível de serviço;
- e) Promover a criação de zonas de atividades logísticas com o objetivo de organizar e maximizar a eficiência dos transportes marítimos inter-ilhas, bem como do transporte marítimo internacional e de cruzeiros;
- f) Potenciar a intermodalidade entre os modos de transportes para garantir a eficiência, pontualidade e assegurar a coesão territorial;
- g) Colaborar com os serviços da administração direta, indireta e entidades públicas empresariais a implementação de planos, programas e medidas, visando o incremento do



TM, a conectividade do país com o exterior e a integração das ilhas, com qualidade, eficiência e regularidade;

h) Colaborar com as entidades competentes na garantia das condições de segurança marítima assegurando um patamar elevado de serviços de excelência no setor;

i) Cooperar com a entidade responsável pela Prevenção e Investigação de Incidentes e Acidentes Marítimos;

j) Articular com os serviços e sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo, coordenando o desenvolvimento dos respetivos sistemas de apoio;

k) Coordenar e colaborar com todos os atores e stakeholders, sejam eles fornecedores, intermediários, prestadores de serviços ou clientes, para garantir a melhoria dos procedimentos administrativos, estimulando a competitividade dos transportes marítimos e do setor marítimo;

l) Otimizar e melhorar continuamente as atividades logísticas, promovendo inovações e iniciativas, com vista à redução dos custos, agregação de valor aos clientes e criação de vantagens competitivas;

m) Elaborar relatórios mensais do setor, com dados estatísticos de movimentação dos transportes marítimos;

n) Promover a segurança marítima, supervisionando e fiscalizando as organizações, os navios e os equipamentos, em conformidade com o disposto nos regulamentos; e

o) O mais que lhe for cometido por lei, regulamento ou superiormente determinado.

3- A DGTM é dirigida por um Diretor Geral, provido nos termos da lei.

4- A DGTM integra os seguintes serviços:

a) Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento;

b) Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas.

5- A DGTM tem um modelo estrutural hierarquizado.

6- A DGTM está sujeita ao estatuto do pessoal do Regime Geral da Função Pública.

Artigo 18º-B

**Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento**

1- O Serviço de Estudos, Estatísticas e Planeamento (SEEP) é o serviço responsável pela área de planeamento que tem como missão elaborar a estratégia setorial para o planeamento e estatística dos projetos afetos aos transportes marítimos, incumbindo-lhe:

- a) Elaborar, acompanhar e avaliar a implementação dos programas e projetos de desenvolvimento setoriais;
- b) Assistir no sistema de acompanhamento e avaliação sistemática, visando garantir a articulação coerente ao nível da prossecução dos objetivos dos diferentes setores interligados com o transporte marítimo, para efeitos de aferição da qualidade e de comparação;
- c) Coordenar as ações de planeamento setorial, preparando e controlando a execução dos programas de investimento e do plano de atividades e respetivo relatório de execução da DGTM e dos serviços desconcentrados;
- d) Assistir na coordenação da metodologia de preparação e avaliação de projetos de investimento público, assim como executar o seguimento e a avaliação a curto e médio prazo dos mesmos;
- e) Assegurar o planeamento e desenvolvimento da estratégia para as tecnologias de informação e comunicação da DGTM, garantindo a segurança dos sistemas de informação e da rede de comunicações do Ministério, em articulação com outros sistemas de informação e redes relevantes, nacionais e internacionais, e dinamizando e promovendo o estudo de soluções que permitam o acesso informático do cidadão aos serviços e organismos do Ministério;
- f) Assegurar a divulgação de dados estatísticos necessários aos utilizadores internos e externos da DGTM, e, superiormente, do MTT;
- g) Construir uma visão do conjunto das atividades programadas, integrando informações sumárias sobre os projetos que os diferentes organismos e serviços da DGTM e, superiormente, do MTT, propõem efetivar, através do exercício de atribuições próprias ou, conjunta e integrada com outros serviços do Ministério e/ou da Administração do Estado;
- h) O que mais lhe for cometido por lei ou superiormente determinado.

2- O SEEP é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

Artigo 18º-C

**Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas**

1- O Serviço de Acompanhamento do Serviço Público de Transporte Marítimo Inter-ilhas (SASPTM) é o serviço que acompanha o cumprimento das obrigações devidas pelas concessões do transporte marítimo inter-ilhas (Obrigação de Serviço Público - OSP), incumbindo-lhe:

- a) Assegurar o cumprimento do estipulado nos Cadernos de Encargos e nos contratos com as concessionárias;
- b) Promover a competitividade e a melhoria contínua do nível de serviço das concessões;
- c) Assegurar a boa gestão das OSP;
- d) Assegurar a execução dos trabalhos de OSP nos prazos previstos;
- e) Assessorar as estruturas centrais no que concerne às questões de OSP;
- f) Assegurar a ligação com outras estruturas ou entidades públicas e privadas intervenientes no acompanhamento da OSP, mediante concertação prévia com as Direções-Gerais;
- g) Estabelecer a organização e funcionamento interno da OSP;
- h) Propor as medidas que contribuam para uma gestão eficaz e correta das diferentes componentes da OSP;
- i) Assegurar o diálogo e as necessárias articulações com as concessionárias e o Governo.

2- O SASPTM é dirigido por um Diretor de Serviço, provido nos termos da lei.

## Artigo 19º

### **Inspeção-Geral de Jogos**

A Inspeção-Geral de Jogos é um serviço central de inspeção e controlo da atividade de jogos, dotado de autonomia funcional, administrativa e financeira, diretamente dependente do MTT, e regulado em diploma próprio.

## Secção II

### **Serviços da Administração Indireta**

## Subsecção I

### **Institutos Públicos**

## Artigo 20º

## **Institutos Públicos**

O Ministro do Turismo e Transportes superintende os seguintes Institutos Públicos:

- a) Instituto do Turismo de Cabo Verde; e
- b) Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos.

### **Artigo 21º**

#### **Instituto do Turismo de Cabo Verde**

- 1- O Instituto do Turismo de Cabo Verde (ITCV) é um serviço personalizado do Estado, de regime comum dotado de autonomia administrativa e financeira e patrimonial.
- 2- O ITCV tem a sua sede na cidade de Santa Maria, ilha do Sal, e delegações representativas na região norte, na cidade do Mindelo, e na região sul, na cidade da Praia, podendo criar outras formas de representação em qualquer ponto territorial nacional.
- 3- O ITCV tem por missão a regulação e a fiscalização do setor do turismo, a implementação da política no setor do turismo e estudo e análise de tendências nacionais e internacionais no setor do turismo, a promoção de infraestrutura de apoio turístico, incluindo postos de informação turística e sinalética, o licenciamento de atividades turísticas, a promoção e supervisão interna e externa de Cabo Verde como destino turístico e o apoio ao investimento no setor do turismo.
- 4- A organização, competência e atribuições do ITCV são fixadas em diploma próprio.

### **Artigo 22º**

#### **Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos**

- 1- O Instituto de Prevenção e Investigação de Acidentes Aeronáuticos e Marítimos (IPIAAM) é um serviço personalizado do Estado sob a superintendência do MTT, dotado de personalidade coletiva pública, com autonomia financeira e patrimonial, responsável pela Investigação de acidentes e incidentes graves, e promoção da segurança através da implementação de programas e políticas de prevenção de acidentes aeronáuticos e marítimos.
- 2- O IPIAAM exerce a sua atividade em todo o território nacional, tem a sua sede na cidade do Mindelo e pode criar delegações ou outras formas de representação em qualquer ponto do território nacional.
- 3- A organização, competência e atribuições do IPIAAM são fixadas em diploma próprio.

### **Subsecção II**

## **Fundos Autónomos**

### **Artigo 23º**

#### **Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo**

- 1- O Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo é um Fundo Autónomo afeto ao MTT, dotado de autonomia administrativa e financeira.
- 2- O Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo tem por objeto o fomento de atividades ligadas ao setor do turismo, através do financiamento de ações de promoção, desenvolvimento e manutenção de serviços ligados diretamente ao bem-estar da população residente, dos turistas, bem como na captação e qualificação dos recursos humanos para o setor.
- 3- O Fundo tem sede na cidade da Praia.

### **Artigo 23º-A**

#### **Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas**

- 1- O Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas (FADSTM) é um Fundo Autónomo dotado de autonomia administrativa e financeira, cuja tutela é partilhada pelo MTT e pelo Ministério do Mar.
- 2- O Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo Inter-ilhas tem por objeto garantir o desenvolvimento e a segurança do transporte marítimo, através do pagamento de eventuais indemnizações compensatórias pelo cumprimento de obrigações de serviço público pelos concessionários do sistema de transporte marítimo inter-ilhas e do financiamento dos custos operacionais do sistema de segurança marítima, integrando o suporte dos custos da estrutura responsável pelas concessões e licenciamento de terrenos no domínio público marítimo, bem como o financiamento de projetos de promoção da segurança e proteção da orla marítima nacional, conforme as Diretivas de Investimento aprovadas para o setor marítimo.
- 3- O Fundo tem sede na cidade do Mindelo.

### **Secção III**

#### **Autoridade Reguladora Independente**

### **Artigo 24º**

#### **Autoridade reguladora independente**

É autoridade reguladora independente no âmbito das atribuições prosseguidas pelo MTT a Agência de Aviação Civil (AAC).

#### Secção IV

### Setor empresarial do Estado

#### Artigo 25º

#### Entidades do setor empresarial do Estado

1- Sem prejuízo dos poderes conferidos por lei ao Conselho de Ministros e ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, a competência relativa à definição das orientações das entidades do setor empresarial do Estado é exercida pelo Ministro do Turismo e Transportes.

2- As entidades do setor empresarial do Estado, a que se refere o número anterior, são:

- a) Aeroportos e Segurança Aérea (ASA, S.A.);
- b) Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV, SA);
- c) Cabo Verde Handling, S.A.;
- d) Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio (SDTIBM);
- e) Correios de Cabo Verde, S.A.;
- f) LACV- Linhas Aéreas de Cabo Verde, SA; e
- g) Cabo Verde Fast Ferry, S.A. (CVFF, S.A.).

3- As orientações estratégicas, a implementação dos respetivos planos e os relatórios de execução financeira das entidades acima referidas ficam condicionadas à apreciação e aprovação do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

#### Artigo 26º

**[Revogado]**

#### Artigo 27º

**[Revogado]**

#### Artigo 28º

**[Revogado]**

Artigo 29º

**[Revogado]**

Artigo 30º

**[Revogado]**

### CAPÍTULO III

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 31º

### **Extinção da Direção-Geral do Turismo**

É extinta a Direção-Geral do Turismo.

Artigo 30º

### **Sucessão do Gabinete de Desenvolvimento do Turismo**

1- O GDT sucede nas atribuições da Direção-Geral do Turismo que não foram assumidas pelo ITCV.

2- Os contratos, protocolos e acordos de serviço, assinados com a Direção-Geral do Turismo consideram-se assinados com o serviço e organismos que a sucede nas suas atribuições.

Artigo 33º

### **Transição do pessoal da extinta Direção Geral do Turismo**

1- O pessoal afeto à Direção-Geral do Turismo, transita, mediante lista nominativa homologada pelo membro do Governo de tutela, nas mesmas condições, vínculo e categoria profissionais para o GDT.

2- O Vínculo do pessoal afeto à extinta Direção Geral do Turismo que esteja a desempenhar funções permanentes, mediante vínculo precário é regularizado no âmbito do programa de regularização, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 33/2021, de 14 de abril.

3- O pessoal da extinta Direção-Geral do Turismo vinculado mediante contrato de prestação de serviço transita para o GDT com a mesma forma de vínculo.

4- O pessoal da extinta Direção-Geral do Turismo que transita para o GDT, fica sujeito ao plano de cargos, funções e salários do pessoal da Direção-Geral do Turismo.

5- O pessoal que se encontra na Direção-Geral do Turismo em regime de mobilidade mantém-se na mesma situação em que se encontram à data da transição.

#### Artigo 34º

### **Instalação do Gabinete de Desenvolvimento do Turismo e produção de efeitos**

O GDT ora criado considera-se imediatamente instalado e a produzir efeitos.

#### Artigo 35º

### **Referências legais**

As referências legais feitas ao serviço extinto no presente diploma, consideram-se feitas aos serviços e organismos que sucedem nas atribuições desses mesmos serviços, sendo os encargos financeiros suportados por reafectação de verbas do Orçamento do Estado.

#### Artigo 36º

### **Diplomas orgânicos dos serviços internos**

Os diplomas orgânicos dos serviços internos previstos no presente diploma são aprovados por Decreto-Regulamentar.

#### Artigo 37º

### **Organograma**

As Unidades Orgânicas do MTT constam do Organograma que é o anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

#### Artigo 38º

### **Quadro do pessoal**

O quadro do pessoal do MTT deve ser aprovado por portaria conjunta do membro do Governo da tutela e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública num prazo de seis meses após publicação do presente diploma.

#### Artigo 39º

### **Produção de efeitos**

1- Os órgãos, gabinete, serviços centrais e os serviços objeto de reestruturação do MTT consideram-se instalados como centro de custos e responsabilidades com a entrada em vigor do



presente diploma ou precedendo publicação de Decreto-Regulamentar que fixe a natureza desses serviços, de acordo com o diploma legal que estabelece os princípios e normas que regulam a organização da administração direta do Estado, bem como os critérios e parâmetros que determinam a criação, manutenção ou extinção das estruturas organizacionais.

2- As Direções de Serviços previstas no presente diploma são instaladas com a afetação do pessoal, cumprindo-se os índices mínimos de técnica que forem definidos.

#### Artigo 40º

#### **Revogação**

Ficam revogados o Decreto-Lei n.º 18/2018, de 23 de abril, e todas as disposições que contrariem o presente diploma.

#### Artigo 41º

#### **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros, aos 9 de agosto de 2021. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva e Carlos Jorge Duarte Santos*.

Promulgado em 30 de setembro de 2021.

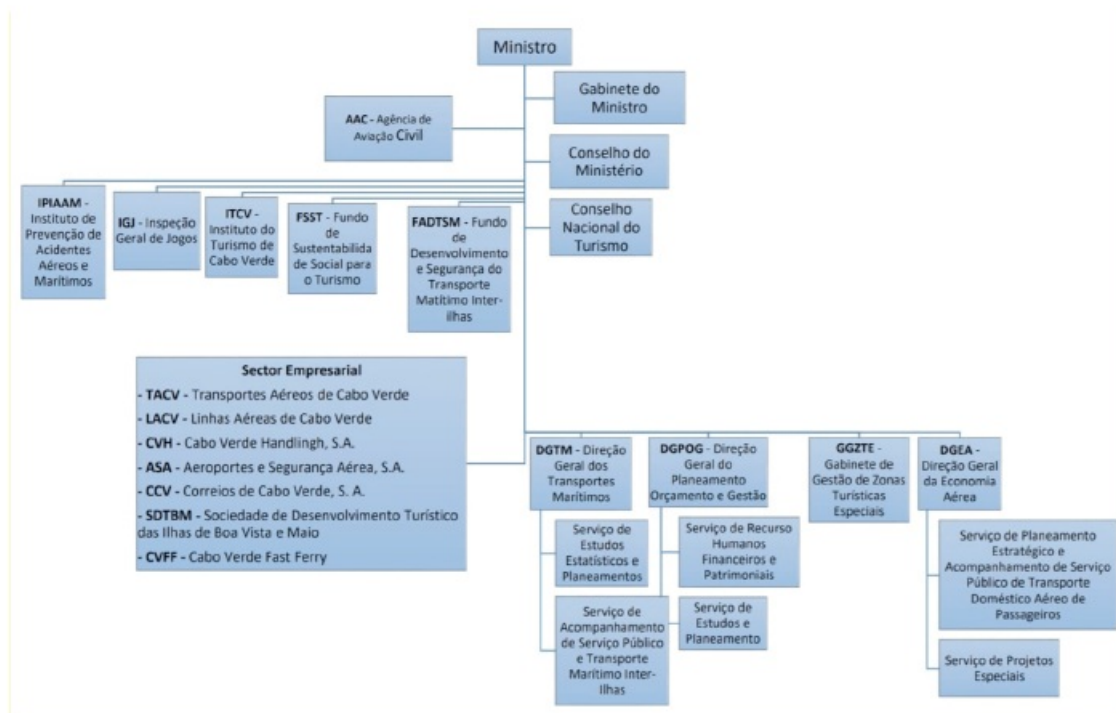
Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA.

#### ANEXO

**(A que se refere o artigo 37º)**

#### **ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO TURISMO E TRANSPORTE**



Aprovado em Conselho de Ministros, aos 9 de agosto de 2021. — Os Ministros, *José Ulisses de Pina Correia e Silva* e *Carlos Jorge Duarte Santos*.